Infraestrutura Previsão da EPE para 2031 aponta avanço de setores em que consumidor gera sua própria energia

Menos de 50% da energia deve vir de hidrelétrica

Gabriela Ruddy
De Rio

As usinas hidrelétricas vão passar a ser responsáveis por menos de metade da oferta de eletricidade brasileira até 2031, segundo o relatório do plano decenal de energia (PDE) elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O plano entrou em consulta pública ontem. A fonte hidrelétrica, que respondia por 58% da matriz elétrica do país em 2021, representar 45% ao fim do período. O percentual é pouco mais da metade da participação no começo do século, quando a fonte hídrica representava 83% da capacidade instalada do país.

O PDE é um plano elaborado pela EPE com a indicação das perspectivas de expansão do setor de energia ao longo de uma década. Segundo a estatal de planejamento, um dos principais objetivos ao longo da elaboração da última edição foi incorporar as lições aprendidas com a crise hídrica que o Brasil viveu no ano passado. Em 2021, o país passou pela pior estiagem em 91 anos, o que afetou os reservatórios das hidrelétricas e gerou incertezas sobre o suprimento de energia.

A EPE estima que outras fontes renováveis devem ganhar espaço. A previsão é que a participação da geração solar cresça de 2% ao fim de 2021 para 4% em 2031, enquanto a eólica deve passar de 10% para 11% no período. Já a autoprodução de energia e a geração distribuída renovável, modalidades na qual o consumidor gera sua própria energia principalmente por meio da instalação de placas fotovoltaicas, deve sair de uma participação de 8% para 17% na matriz em dez anos.

Há também previsão de expansão da participação da energia nuclear na matriz elétrica, de 1% para 2% do total, devido à entrada em operação da usina de Angra 3 (RJ) e à previsão de uma nova termelétrica nuclear no plano, conforme antecipado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ao fim do ano passado. Com a entrada em operação das duas novas usinas, a expectativa é que a capacidade de geração nuclear brasileira cresça do atual 1,9 GW para 4,39 GW até 2031.

De acordo com as estimativas do plano, o Brasil vai alcançar uma capacidade de geração de energia de 275 gigawatts (GW) em 2031, frente aos 200 GW ao fim de 2021. A expansão da geração elétrica vai ser necessária para fazer frente ao crescimento da demanda no Sistema Interligado Nacional (SIN), que deve chegar a 97,2 gigawatts médios (GWm), frente aos 69,69 GWm de 2021.

O segmento de energia elétrica deve receber R$ 528 bilhões na década, com destaque para a expansão do parque de geração centralizada de energia, que deve demandar R$ 292 bilhões. A área de transmissão de energia prevê investimentos totais de R$ 100,7 bilhões, sendo R$ 51,8 bilhões referentes a empreendimentos outorgados.

Ao todo, a estimativa é que o setor de energia vai demandar investimentos da ordem de R$ 3,25 trilhões entre 2021 e 2031, dos quais a maior parte vai para o segmento de petróleo e gás, que deve absorver R$ 2,66 trilhões no período.

Com a abertura do setor a investimentos privados, o mercado de gás deve atrair R$ 117,63 bilhões em investimentos em gasodutos de transporte e escoamento, além de terminais de regaseificação e unidades de processamento. A previsão é que produção de petróleo chegue a 4 milhões de barris por dia até 2028, patamar que deve ser mantido até 2031. O pico de produção de gás natural também é esperado para 2028, próximo de 195 milhões de m^3 por dia.

Secretário defensor da cloroquina deve amenizar nota técnica da Saúde

Murillo Camarotto, Isadora Peron e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Autor de uma nota técnica que questiona a eficiência das vacinas contra a covid-19 e exalta a cloroquina, o secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, Hélio Angotti, deve fazer alterações no documento.

Segundo apurou o **Valor**, a expectativa é que a nova versão da nota atenue as avaliações sobre a cloroquina e a vacina, que geraram revolta em entidades médicas, desconforto em outros secretários do Ministério da Saúde e uma intensa reação política.

O partido Rede Sustentabilidade entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a nota técnica. Os deputados Tabata Amaral (PSB-SP) e Felipe Rigoni (PSL-ES), além do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), acionaram a Justiça Federal com pedido de afastamento imediato do secretário.

Apesar da provável alteração do texto, secretários apostam que Angotti não vai alterar totalmente a essência da nota técnica, mas apenas suavizar os pontos considerados mais polêmicos.

A edição da última sexta-feira do "Diário Oficial" da União trouxe a nota assinada por Angotti, que rejeitou a avaliação de uma comissão da pasta sobre as diretrizes do tratamento da covid-19.

A Conitec, que avalia tratamentos da rede pública, havia descartado o uso da hidroxicloroquina no tratamento, mas Angotti barrou a publicação do documento da comissão e encaminhou sua própria nota.

Seguidor do guru bolsonarista Olavo de Carvalho, Angotti defende o tratamento precoce da covid-19. Ele é um dos nomes considerados pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para a próxima vaga na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A diretoria da agência reguladora terá uma cadeira disponível em julho, quando termina o mandato de Cristiane Jourdan. A indicação de alguém mais alinhado ao bolsonarismo poderia ajudar na disputa recente entre Anvisa e Palácio do Planalto.

A polêmica em torno da nota, entretanto, poderá comprometer a escolha. Alguns políticos já entendem que o nome de Angotti poderia enfrentar resistências para ser aprovado na sabatina.

Bolsonaro já teve que recuar em escolhas anteriores para a Anvisa. Um dos nomes que chegou a ser indicado foi o de Roberto Dias, que deixou a Diretoria de Logística do Ministério da Saúde sob suspeitas de corrupção.

"Os negacionistas não desistem, diz o Rede em sua manifestação ao STF". "Continuam propagando notícias falsas, prometendo um tratamento milagroso que não existe, desqualificando a vacinação em massa e, sempre, terceirizando responsabilidades", completou o partido.

O partido disse ainda que nota de Angotti — "tido como uma liderança da ala do governo defensora das bandeiras negacionistas do presidente Jair Bolsonaro"—, foi uma tentativa de "agradar o chefe", mesmo contrariando todas as diretrizes da Conitec.

Dentro da pasta também corre a tese de que Angotti se arriscou em um gesto para afagar a ala ideológica do governo. Secretários contrariados falavam ontem em se reunir com Queiroga para esclarecer a movimentação do colega. O clima de insatisfação interno já havia crescido na esteira das tentativas do governo em atrapalhar a vacinação infantil.

PABLO JACOB/AGÊNCIA O GLOBO

Hélio Angotti: expectativa é que secretário apenas atenue, sem modificar a fundo teor da nota técnica

Ministério quer entregar hoje à Anvisa mais informações sobre o autoteste

Murillo Camarotto
De Brasília

O Ministério da Saúde pretende entregar hoje à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) as informações complementares solicitadas pelo órgão acerca da regulamentação do autoteste de covid-19 no país.

A expectativa é que, com isso, a agência reguladora possa marcar uma nova reunião de diretoria para deliberar sobre o tema — se possível ainda nesta semana. Na quarta-feira passada, o órgão rejeitou, por maioria, a aprovação imediata do exame.

Em reunião de trabalho realizada na sexta-feira passada, a Anvisa pediu mais detalhes sobre o funcionamento do autoteste e enfatizou a importância de uma política pública específica.

No ministério, a leitura é de que trata-se de uma questão "meramente semântica". O autoteste seria apenas mais um braço de uma política pública já existente no programa "Diagnosticar para Cuidar", lançado em 2020. Ainda assim, a pasta vai detalhar as informações solicitadas.

Segundo o **Valor** apurou, a distribuição e a operacionalização dos autotestes serão mesmo concentradas nas farmácias, que na venda terão que orientar os consumidores sobre os procedimentos para realização do exame.

A ideia é que os fabricantes dos testes providenciem e disponibilizem vídeos com o passo-a-passo dos autotestes de antígeno, que poderão ser colhidos por meio de secreção nasal ou saliva.

Os autotestes são diferentes dos exames de antígeno oferecidos atualmente nas farmácias e têm um grau de acerto mais baixo. Ainda assim, são vistos como uma ferramenta auxiliar importante de controle da pandemia.

Em caso de diagnóstico positivo, o paciente não poderá se isolar imediatamente. A orientação é de procurar um médico ou um posto de saúde. Se houver sintomas, não será necessário um novo teste para confirmação e a notificação deverá ser feita diretamente pela unidade de saúde.

O ministério acredita que o autoteste vai ajudar, por exemplo, no controle da contaminação dentro de casa. Quem se descobrir infectado poderá se isolar em um cômodo e usar máscara dentro da residência.

O ministro Marcelo Queiroga já afirmou que o governo não vai comprar os autotestes, o que caberá ao setor privado. Segundo fontes envolvidas com o tema, a declaração pode ter um efeito importante sobre o preço dos autotestes, já que o SUS é um comprador de peso no mercado.

Para Associação Médica, Queiroga desrespeita ética da profissão

Rafael Vazquez
De São Paulo

A Associação Médica Brasileira (AMB) divulgou ontem nota com críticas abertas ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Para a entidade, ele, que é médico, tem desrespeitado normas de conduta e preceitos éticos esperados para a função.

"Se o ministro de Estado da Saúde é um médico, como ocorre com o dr. Marcelo Queiroga, os brasileiros aspiram que respeite o Código de Ética da Medicina", afirma a AMB. "Hoje, entretanto, o ministro da Saúde age à margem das mais simples normas de conduta e preceitos éticos", acrescenta.

Na nota, há nove ocasiões em que Queiroga, na avaliação da entidade, cometeu erros de conduta e deslizes éticos durante os nove meses no cargo. O **Valor** questionou o ministério sobre as críticas, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

MYKE SENA/MS

Marcelo Queiroga: para AMB, ministro da Saúde tem cometido deslizes éticos

A AMB começa tratando da posição contrária de Queiroga ao uso de máscaras em agosto de 2021, quando havia uma média móvel de 671 mortes diárias por covid e o total se aproximava de 580 mil óbitos.

Em seguida, a AMB cita que em setembro o ministério recomendou a paralisação da imunização de jovens entre 12 e 17 anos sem comorbidades. "Na ocasião, o ministro classificou a vacinação de adolescentes como 'intempestiva' e admitiu que a revisão da medida atendia a pedido do presidente da República".

No mês seguinte, Queiroga reiterou sua defesa ao chamado "kit covid", uma tese de tratamento preventivo refutado por cientistas, mas defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. O ministro disse que se tratava de uma questão de autonomia médica. "A verdade é que a utilização de tratamentos já comprovadamente ineficazes pela ciência não é autonomia, e, sim, má prática médica", acusa a AMB.

A entidade ainda tachou como "desnecessária" e "contraproducente" a consulta pública realizada sobre imunização de crianças de 5 a 11 anos. Para a AMB, isso apenas atrasou o processo de vacinação das crianças.

Outra crítica: a visita que o ministro fez na semana passada à família da menina de 10 anos, em Lençóis Paulista, que teve parada cardíaca 12 horas após a vacina. O próprio ministério pontuou que o estado da criança não teve relação com a vacina. Para a AMB, a atitude do ministro contribuiu para levar dúvidas à população sobre a segurança da vacina.

O mais recente erro do ministro, na visão da AMB, ocorreu na sexta-feira, quando nota técnica do ministério desqualificou recomendações aprovadas para o tratamento ambulatorial e hospitalar da covid-19 pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec). O ministério defendeu, na ocasião, que a hidroxicloroquina é eficaz e segura contra o coronavírus, o que a ciência descarta.

A AMB definiu a nota do ministério como de "gravidade extrema", contrariando a todas as evidências científicas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), as sociedades médicas nacionais, as internacionais e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

"Vivemos dias de gravidade ímpar no sistema de saúde do Brasil, enquanto o ministro da Saúde desperdiça tempo, endossa tratamentos ineficazes e protela a vacinação", conclui a AMB.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

MURILO SETTI RIEDEL, CPF 064.452.198-88. DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração no Banco Santander (Brasil) S.A., CNPJ nº 90.400.888/0001-42. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB - Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo: BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf - Gerência-Técnica em São Paulo-III (GTSP3) - Avenida Paulista, 1.804 - 5º andar - 01310-922 - São Paulo - SP. São Paulo (SP), 20 de janeiro de 2022.

TELEBRAS — TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS — SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA — COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000339-1

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº TLB-EDT-2022/00004 –TB

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº TLB-EDT-2022/00004 processo n° TLB-PRO-2021/17357, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais e emissão de seguro de viagem internacional, conforme as especificações contidas no edital e seus anexos, com abertura marcada para o dia 01/02/2022, às 09:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido no sítio da TELEBRAS, www.telebras.com.br, no Comprasnet, www.comprasnet.gov.br, e no Edifício Sede da TELEBRAS, SIG Quadra 04 - Bl. 'A' - Salas 201 a 224 - Edifício Capital Financial Center - Brasília / DF, telefone: (61) 2027-1316.

Brasília, 17 de janeiro de 2022
Marcelo Doval Mendes
Gerente de Compras e Contratos

FC Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ/ME nº 36.583.700/0001-01
Declaração de Propósito

Leonardo de Souza Carvalho, CPF 267.981.728-14, Declara, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução CMN nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na FC Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, CNPJ nº 36.583.700/0001-01. Esclarece que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que o autor esteja devidamente identificado, acompanhado da documentação comprobatória, observando que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet) Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo. Banco Central do Brasil. Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) Gerência-Técnica em São Paulo – I (GTSP1) Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 – São Paulo-SP. São Paulo (SP), 18 de janeiro de 2022.

unioeste — UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ — HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

EXTRATO DE CHAMADA DE FORNECEDORES

O **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP,** devidamente representado pelo Diretor Geral e Ordenador de Despesas Rafael Muniz de Oliveira, com fundamento legal, no artigo 33, inciso I, da Lei 15.608/2007, torna público que pretende contratar a empresa Carl Zeiss do Brasil Ltda, para Aquisição de peça original para aparelho Microscópio OPMI Zeiss. Valor máximo total: R$ 12.107,00. Diante disso comunica a todos os interessados que, no prazo de três (03) dias contados da data desta publicação, encaminhem documentação comprobatória da comercialização, assistência técnica, garantias e serviços de manutenção que serão objeto da futura contratação, para análise da UNIOESTE. Cascavel, 24 de janeiro de 2022. Rafael Muniz de Oliveira – Ordenador de Despesas.